

Este texto consiste em parte do projeto de pesquisa de doutorado que vem sendo desenvolvido no Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde / COC / FIOCRUZ. Temos por objetivo, neste momento, analisar a experiência de escravos e libertos internos no Hospício de Pedro II, desde sua fundação em 1852 até a abolição da escravidão em 1888, dando continuidade e aprofundando o estudo do perfil dos internos de tal instituição iniciado com o mestrado, que se restringiu aos anos de 1883 a 1889. A principal fonte de trabalho são os registros de entrada desses indivíduos, organizados como prontuários, que se encontram sob a guarda do Instituto Municipal Nise da Silveira.

Em 05 de dezembro de 1852 era inaugurado na Corte do Rio de Janeiro o primeiro hospício do Império, representando a grande vitória da ciência e do progresso, levava a alcunha do Imperador que assinara seu decreto fundador, Hospício de Pedro II. Segundo os estatutos, o estabelecimento seria “destinado privativamente para asylo, tratamento e curativo dos alienados de ambos os sexos de todo o Imperio, sem distincção de condição, naturalidade e religião”¹. Grande parte da historiografia que se dedicou ao tema, buscou analisar como, apesar da roupagem científica, o alienismo se constituíra no seio da medicina social, tendo como projeto primeiro o confinamento de grupos específicos da sociedade².

Neste trabalho, através da análise de uma parte específica da população interna, pretendemos dialogar com essa historiografia. No entanto, esperamos demonstrar como estavam presentes e eram debatidos no cotidiano da instituição os mais diversos projetos, não só para o Hospício, mas para o próprio alienismo, que somente se consagrara como ciência psiquiátrica e campo específico da medicina em fins do século XIX e início do XX.

Desde o início de nossa atual pesquisa com os prontuários, temos notado a diversidade de informações que estes nos trazem, bastante relevantes para a discussão sobre o público alvo da instituição, desconstruindo algumas análises mais clássicas da história da psiquiatria e do próprio hospício. Uma questão que já nos chamava a atenção, mas que os limites do recorte estabelecido nas pesquisas do mestrado não nos permitiu analisar, diz respeito à presença de escravos e libertos na instituição. Assim, pretendemos, agora, ampliar o recorte

¹Decreto 1.077, de 4 de dezembro de 1852. Apud. ENGEL, Magali Gouveia. Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001. p. 205.

² Roberto Machado (MACHADO, 1978) foi um dos fundadores dessa vertente de análise, como veremos adiante.

para todo o período de funcionamento do Hospício, enquanto a escravidão perdurou, e focar na experiência que aqueles indivíduos, já estigmatizados pela escravidão, viveram com o estigma da doença mental, em especial durante o período em que estiveram asilados em um espaço para loucos. Para isso, pretendemos fazer um levantamento detalhado sobre quem eram esses indivíduos, buscando identificar que tipo de escravos configuraram essa população, de onde vinham, se eram trabalhadores rurais ou urbanos, quem eram seus senhores, etc.

Outro fator preponderante, desde o mestrado, foi a importância que a percepção de outros segmentos sociais sobre o hospício exerceu para os debates sobre o próprio projeto institucional, fazendo-se necessário trazer à tona a voz de outros atores sociais, em especial, aqueles que se responsabilizavam pela internação. Na pesquisa para a dissertação de mestrado, percebemos como os familiares foram agentes ativos fundamentais nos processos de internação, contrariando, de certa forma, a visão de que os indivíduos eram “caçados” nas ruas das cidades e enclausurados nos hospícios³. No doutorado pretendemos analisar os anseios que levavam os senhores e patrões a internarem seus escravos e dependentes no Hospício, ainda que, nos olhos da maioria dos autores, pagar para tratar esses indivíduos pudesse parecer irracional.

Desde o início do século XIX, principalmente a partir de 1808, com a chegada da Corte portuguesa, o Rio de Janeiro passaria por uma série de importantes transformações que dariam origem a uma sociedade mais densa e complexa, marcada pela convivência entre

³ Esse foco de análise está relacionado a uma nova visão do controle social que, ao invés de entidade de controle vertical das populações, evidencia a participação de outros atores, antes vistos como vítimas. Para mais informações sobre esta abordagem teórica ver: NYE, Robert A. The evolution of the concept of medicalization in the late twentieth century. *Journal of History of the Behavioral Sciences*, vol. 39 (2), 115-129. Spring 2003. & HUERTAS, Rafael. Medicina social, control social y políticas del cuerpo. La subjetivación de la norma. In: MIRANDA, Maria e SIERRA, Álvaro. *Cuerpo, biopolítica y control social: América Latina y Europa en los siglos XIX y XX*, 2009.

indivíduos das mais diversas origens. Uma ampla proporção de indivíduos africanos se misturava aos nativos e aos europeus criando uma cultura bastante peculiar e complexa (KARASCH, 2000). Essa complexidade se refletia no próprio Hospício que, devido à vinculação com a Santa Casa, tinha um importante papel na assistência aos pobres, o que não excluía a participação de membros das elites, já que se tratava do primeiro local destinado ao tratamento de alienados no Brasil.

A partir do levantamento de resumos de prontuários feito para a dissertação de mestrado, pudemos perceber que, entre as décadas de 1850 e 1880, do total das 1835 entradas que consideramos, das quais 1746 tiveram condição social atribuída, 207 foram classificados como escravos (11,85%), 153 como libertos (8,76%) e 1386 como livres (79,38%). Já em um primeiro momento cabe ressaltar que, pelo menos até 1888, o dado de condição social foi um dado bastante relevante para a classificação desses indivíduos na Instituição. Ao lado de dados como classe, sempre preenchido, e cor, regularmente preenchido, podemos inferir que a condição social tinha papel relevante em definir o lugar desse indivíduo dentro do Hospício, o que espelhava a ordem estamental da sociedade senhorial.

Embora não possamos, a partir desse levantamento geral, aprofundar nessa questão, vale destacar que o campo “classe” determina o tipo de acomodação e de alimentação em que o indivíduo se enquadra a partir do valor e de quem financia sua estada. Segundo os estatutos, os “indigentes”, eram custeados pela própria instituição e ficavam em enfermarias. Os “pensionistas”, de primeira, segunda e terceira classe pagavam pela internação, com valores e privilégios diferentes de acordo com essa classificação. Além dessas, algumas vezes aparece a denominação “pobre” para os indigentes, as classificações “Exército” ou “Armada”, quando eram originários das forças armadas e “província” quando vinham de fora da Corte. Os últimos, embora fossem recebidos, a princípio, gratuitamente, algumas províncias contribuíam com cotas para terem a garantia de determinado número de vagas para seus alienados.

Ao longo de todos os anos de funcionamento do Hospício, os não pagantes parecem ter sido maioria na população de internos. Inclusive, a grande proporção de indigentes seria

uma das justificativas para as diversas crises financeiras e de super-lotação por que a instituição passava frequentemente (ENGEL, 2001; GONÇALVES, 2010).

A partir dos nossos dados, se levássemos em conta a cifra dos quase 80% de livres em detrimento daqueles indivíduos que vivenciavam ou que já haviam vivenciado a experiência da escravidão, poderíamos chegar a uma conclusão próxima da de Manoel Olavo Teixeira, que apresentaremos adiante, de que o Hospício de Pedro II teria sido uma instituição segregadora, onde escravos e negros teriam raramente figurado. No entanto, alguns indícios, como alforrias anexadas aos prontuários, nos mostram que, pelo menos nos últimos anos da escravidão, entre os classificados como livres estavam alguns forros. Essas constatações convergem com abordagens que demonstram a complexidade populacional da Corte nos últimos anos da escravidão, onde crescia o número de alforrias e as classificações de cor e raça se tornavam cada vez mais fluidas (CHALHOUB, 2001).

Mesmo os próprios estatutos jurídicos de escravo ou não escravo parecem ter, neste contexto, um certo grau de flexibilidade. Magali Engel afirma que entre os livres e libertos estariam alguns cativos que teriam sua condição dificilmente identificável (ENGEL, 2001: 223). Monique Gonçalves, por outro lado, aponta casos de alienados alforriados pelos senhores que, quando perdiam a esperança da cura do seu cativo, preferiam libertá-lo e assim livrar-se das despesas⁴ com o Hospício (GONÇALVES, 2010).

Com a pesquisa aos prontuários encontramos dois tipos de caso em que essas classificações eram discrepantes, ainda que não tenhamos podido sistematizar esses dados. Em um tipo de caso o escravo entra como pensionista de terceira classe, mas em seus anexos consta carta de alforria e solicitação de baixa do pagamento. Apenas do aferimento desses anexos podemos imaginar que seja um dos casos em que o Senhor alforria o cativo para se livrar das despesas com o Hospício.

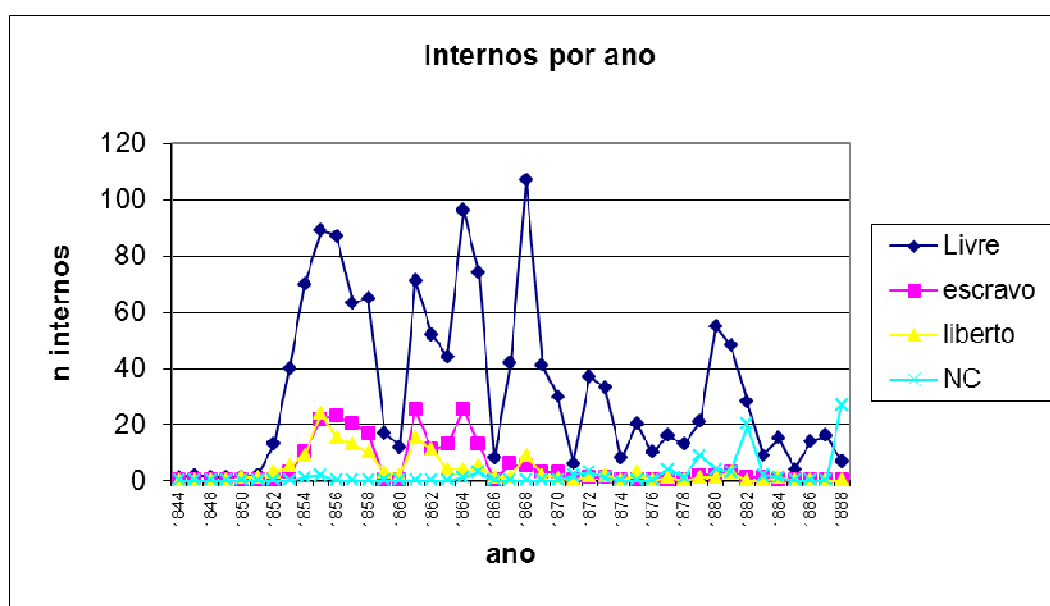
Em outros casos o indivíduo é classificado como livre no prontuário, no entanto, em alguns anexos é referido como liberto. Outro indício da presença de libertos classificados

⁴ Segundo os estatutos, os senhores que possuíam mais de um escravo e que tivessem condição, deveriam pagar para interná-los.

como livres, que pudemos perceber ao ver os resumos dos prontuários é um alto percentual de negros africanos livres. Em quadro de movimentação do Hospício, Gonçalves demonstra que, dentre os pacientes estrangeiros, 50% eram africanos (GONÇALVES, 2010: 40). Embora não tenhamos sistematizado a soma desses casos e não se possa negar a possibilidade de um africano livre viver no Brasil, a grande proporção demanda estudos mais aprofundados e servem como indício de que o número de libertos pudesse ser ainda maior do que as cifras nos mostram.

A partir do levantamento simples da condição social dos indivíduos internados entre 1850 e 1888 podemos perceber que escravos e libertos ainda que em menor proporção que os livres tiveram um papel importante na Instituição, diferente do que apontou Manoel Olavo Teixeira. Se levarmos em conta que parte dos livres pode ter vivido a experiência da escravidão e não estarem classificados como tal e, ainda, que grande proporção dos que eram de fato livres era de indigentes, corroboramos a análise de Magali Engel de que o público alvo da Instituição, embora não único, tenha sido uma camada menos abastada da sociedade.

O gráfico a seguir aponta as variações dessa população ao longo das décadas em questão.



A partir do gráfico podemos perceber algumas quedas bastante bruscas na entrada de livres nos anos de 1859 e 1866 e 1871. Uma vez que buscamos apenas fazer um levantamento geral e não aprofundamos a pesquisa para todas as décadas, podemos apenas apontar algumas tendências e sugerir análises. À exceção de alguns altos e baixos bruscos e bastante pontuais e que não podemos explicar apenas a partir dos resumos contabilizados, podemos perceber uma baixa contínua na entrada não só dos livres, como dos escravos e libertos ao longo de toda a década de 1870, retomando o crescimento em 1879 e caindo novamente na década de 1880.

Essas discontinuidades apontam a necessidade de uma análise mais atenta de cada uma das décadas que, embora tenham sido tratadas de maneira homogênea nas abordagens mais clássicas, hoje podemos perceber que foram marcadas por importantes mudanças, possivelmente relacionadas às administrações e aos médicos em exercício. Monique Gonçalves demonstra uma peculiaridade bastante interessante sobre a década de 1870 que pode explicar essa diminuição no número de entradas. Este teria sido o período em que melhor se conteve admissões requeridas por outras províncias, o que teria possibilitado uma diminuição na quantidade de internos que, até então, estava sempre acima do fixado. Essa diminuição das internações teria sido responsável também pelo sucesso, até então raro, nas finanças da Instituição (GONÇALVES, 2010: 53).

No entanto, o que mais nos chama atenção, a partir da análise no gráfico, é a diminuição gradativa do número de escravos e libertos em paralelo ao aumento do não preenchimento do campo de condição social, refletido pela quantidade de “não consta”. Nos levantamentos de Magali Engel, embora, como ela mesma afirma, os dados sejam esparsos, além de o número de escravos ser extremamente reduzidos, teria apresentado uma redução drástica. Essa queda é atribuída a transformações sociais mais amplas, da segunda metade do século XIX. Assim, a extinção do tráfico teria estimulado dois movimentos que explicariam a redução de escravos no Hospício de Pedro II. Em primeiro lugar estaria a diminuição de escravos no Rio de Janeiro que teria reduzido de 31,8% em 1856 para 21,2% em 1870 (CHALHOUB, 1990. *Apud* ENGEL, 2001: P.222). O segundo fator explicativo seria uma

valorização da mão-de-obra que exigia a concentração desta em setores básicos. Além disso, afirma que despende recursos com o tratamento da alienação mental não fazia parte da lógica de exploração escravista, principalmente após a extinção do tráfico (ENGEL, 2001).

Dentro do universo que temos a partir do levantamento com o qual estamos trabalhando, a participação da soma de escravos e libertos teria sido a seguinte: 180 (28%) na década de 1850; 155 (21,9%) na década de 1860; 17 (7,35%) na década de 1870 e 11 (4%) na década de 1880. Apesar de se tratar de uma cifra pequena se comparados aos livres, podemos perceber sim uma participação razoável desses indivíduos na Instituição, ainda que esta seja, de fato, decrescente.

Embora a diminuição de escravos na cidade do Rio de Janeiro seja um importante fator explicativo dessa tendência no Hospício um estudo mais denso sobre experiências dessa natureza é necessário para compreender outros fatores explicativos, mesmo porque eram recebidos internos de outras localidades. Pelo que pudemos perceber, a redução de escravos e libertos foi acompanhada por um crescente processo de negligência do campo de condição social o que pode inferir a ideia de que escravos ou ex-escravos podiam estar, cada vez mais, entrando sem serem classificados como tal.

Outro fator que pode ter contribuído para essa diminuição pode estar associado à diminuição do número de altas ao qual já fizemos referência. Toda a historiografia sobre o Hospício aponta as crises e as críticas que surgem ao estabelecimento, em especial à sua incapacidade de cura. Certamente essa perda da expectativa da cura pode ter servido como desestímulo a muitos senhores que pensassem em internar seus escravos, visando a retomada do valor produtivo da sua mão de obra.

Paralelamente, o ideal modernizador e humanitário que parece ter atingido a população da Corte nesse período, pode, de alguma forma, ter impelido alguns senhores a apelar às benesses da ciência. Sidney Chalhoub já demonstrou o dilema entre propriedade e liberdade em que viveram as elites econômicas e sociais da Corte do Rio de Janeiro nas últimas décadas de escravidão, em que os “princípios humanitários filhos das luzes do século” tendiam a prevalecer à favor da liberdade (CHALHOUB, 2011: 157). Nessa abordagem fica

clara a demanda crescente por um certo acerto de contas dos senhores com uma moral que começava a desnaturalizar a escravidão e seus desmandos. Não nos parece equivocado pensar que, diante dessa demanda e sem o desejo de libertar os escravos, leva-os à tratamento na primeira instituição para alienados do Brasil, poderia ser um belo acerto de contas com uma sociedade que começava a entortar o nariz para a escravidão.

Com essas sugestões não pretendemos negar que o perfil dos internos no Hospício tenha se transformado em um compasso lógico com a população do Rio de Janeiro, trata-se apenas de levantar hipóteses que aprofundem a análise social do Hospício e da forma como este dialogava com a sociedade que o construía. Para tanto, faz-se necessário um estudo mais aprofundado da trajetória dos escravos internos e, em especial, das motivações que levavam o senhor a pagar pela internação de um escravo. Discordamos da afirmação de Engel de que a lógica de dominação escravista seria incompatível com a presença de escravos no Hospício se pensarmos nos fatores de ordem imaterial que apresentamos acima.

Desta forma, nosso objeto constitui-se na análise da experiência de escravos e libertos internados no Hospício de Pedro II entre 1852, ano de sua fundação, até 1888, quando a escravidão seria abolida. Buscamos assim entender qual o papel desses na instituição e como se dava o processo de dupla estigmatização, já que além do estigma do cativo escravo passavam a carregar os estigmas próprios da loucura. Para esse estudo pretendemos mapear quem são os indivíduos envolvidos neste processo, já que sabemos que o número de escravos presentes na instituição, embora considerável, foi relativamente baixo em relação a presença destes na sociedade da Corte do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX.

Nossos objetivos constituem-se, primeiramente, em mapear a origem social desses indivíduos (escravos e libertos). Aqui, pretende-se identificar de que regiões vinham, nacionalidade, com que idade entravam no Hospício, se trabalhavam e de que ofícios se ocupavam, dentre outros dados que nos permitam entender quem eram esses homens e mulheres, escravos e ex-escravos que fizeram parte do quadro de internos do Hospício.

Posteriormente, buscaremos identificar quem eram os responsáveis pelas internações. No caso dos escravos, identificar quem eram os senhores que preferiram encaminhar seus

escravos ao Hospício, ainda que isso significasse abrir mão, temporariamente ou não, dos serviços que estes lhes prestavam. Trata-se de identificar que tipo de senhor mais recorria ao Hospício, se os do campo ou das cidades, da Corte ou das Províncias, grandes ou pequenos proprietários, os considerados, mais ou menos progressistas. No caso dos libertos que viviam como dependentes, cabe a tentativa de identificar quem eram as pessoas nas casas de quem viviam e o papel destas na internação.

Pretendemos ainda analisar, através dos argumentos expressos nos pedidos de internação, o que poderia impulsionar um senhor a internar seus escravos em um Hospício, sabendo-se que poderia se tratar de uma dupla perda financeira: em primeiro lugar pelo pagamento das diárias, no caso dos senhores que pertenciam mais de um escravo, e depois pela saída dos indivíduos da produção.

Por último, tentaremos reconstruir o percurso institucional e pré-institucional desses indivíduos, buscando compreender como se dava o acesso ao Hospício e, em alguma medida, como o estigma de louco que impulsionara a internação se agregava ao estigma precedente da escravidão. Para isso, pretendemos atentar não apenas para os percursos descritos nos prontuários, mas para as diversas regulamentações específicas para escravos, buscando entender em que medida estes se diferenciavam dos demais internos da instituição.

A historiografia mais tradicional que se ocupou do Hospício de Pedro II, conforme apontaremos mais detalhadamente adiante, tem retratado a experiência de escravos e libertos no Hospício como um fenômeno de menor importância, sendo ressaltado, no caso de Engel e Machado, apenas como mais um argumento legitimador da teoria do controle social, onde especialmente os libertos, por estarem entre as camadas mais pobres da Corte do Rio de Janeiro, faziam parte do alvo predileto dos psiquiatras. Estes autores, além de Manoel Olavo Teixeira, identificam a baixa presença de escravos no Hospício alegando não ser financeiramente interessante aos senhores internar seus escravos. Nossa hipótese é de que poderiam haver outras motivações, de ordem não material, que os levariam a recorrer ao Hospício.

Diante do argumento dessa historiografia poderíamos imaginar, levando em conta os estatutos que permitiam a internação gratuita de escravos cujos senhores possuísem apenas um cativo, que os casos presentes seriam apenas nessas condições. No entanto, o indício de que haviam escravos na condição de pagantes nos leva a hipótese de que outras questões poderiam se sobrepor ao custo financeiro de manter as diárias para um escravo, além de “perder” um braço, fosse nas jornadas do campo, nos serviços domésticos ou no ganho nas cidades.

Dentre os impulsos que levariam o senhor ou o patrão, no caso dos libertos – muitos dos quais viviam em casas de famílias nas cidades – a internar seu escravo ou dependente, o que imaginamos ter sido o mais importante é o medo da agressividade. Percebemos que entre os argumentos presentes nas solicitações de internação na década de 1880 um dos fatores preponderantes é o de que o alienado representava um risco para a vida dos que lhe cercavam e para si mesmo. Assim, ainda que internar o indivíduo representasse uma perda financeira, esta poderia ser uma saída interessante para evitar desastres e problemas ainda mais graves.

Paralelamente à alternativa de tirar de casa alguém que poderia representar um perigo, poderia influenciar à expectativa de cura na instituição. A própria graduação diminutiva no número de internos escravos, pode ter acompanhado, em alguma medida, mudanças na convicção de que a ciência médica e o estabelecimento específico para alienados poderia curá-los da alienação, o que representaria o retorno ao trabalho. Indícios de que alguns escravos tenham recebido alforria durante a permanência no Hospício podem indicar o fim dessa expectativa depois de algum tempo de confinamento, quando, aí sim, não interessava mais manter o pagamento. Nesse momento, passar a responsabilidade sobre o indivíduo para as mãos do Estado poderia ser a melhor opção.

Além desses fatores que nos parecem mais relevantes, outro pensamento poderia ter os impulsionado: um certo ideal progressista. Nesse contexto, em que os desmandos da escravidão já eram em alguma medida questionados e que alguns senhores tinham a pretensão de se mostrar alinhados com perspectivas mais progressistas, inclusive através da valorização da ciência, investir no tratamento de um escravo poderia ser mérito destacável na sociedade.

Embora este ideal nos pareça mais difícil de ser apreendido a partir dos prontuários médicos, pretendemos mantê-lo como pano de fundo, especialmente nos casos de proprietários mais conhecidos, quando poderemos recorrer a fontes de outra natureza para traçar seus perfis.

Para articular essas hipóteses precisaremos traçar o perfil desses senhores, patrões, escravos e libertos, expressos nos demais objetivos apontados anteriormente, que imaginamos ter sido mais diversificado do que apenas limitado aos escravos de senhores pequenos proprietários e que não precisavam pagar para manter-lhes no Hospício.

A partir dos dados levantados e aqui apresentados, além do aprofundamento das leituras bibliográficas, ratificamos a necessidade de um estudo que relacione a história da psiquiatria e a história da escravidão. Como já afirmamos, embora escravos e libertos apareçam em todas as abordagens sobre o Hospício, estes aparecem sempre tangencialmente, em geral como exemplo e comprovação da teoria do controle social. Neste projeto, além de propor a aproximação desses dois campos, pretendemos executar uma certa inversão metodológica na forma como tem se tratado a história da ciência psiquiátrica no Brasil, deslocando o foco da análise da visão institucional e dos médicos para a visão da sociedade sobre tais instituições. Entendemos que, para compreender a história da psiquiatria e do Hospício, é necessário incluir as experiências e expectativas de outros atores sociais envolvidos nos processos como, neste caso, dos senhores e patrões que recorriam ao Hospício para tratar seus escravos e dependentes. Pretendemos, assim, tratar a população da Corte não como sujeitos passivos na política de controle social, mas como atores que interagiram com as instituições psiquiátricas, de certa forma intervindo, através de suas demandas e expectativas específicas, no próprio projeto de hospício que se construía.

V- BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Lourence Cristine. O Hospício Nacional de Alienados: terapêutica ou higiene social? Dissertação de mestrado. Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde, COC/Fiocruz, 2010.
- BERTOLLI, Claudio Filho. Prontuários Médicos: fonte para o estudo da história social da medicina e da enfermidade. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol. 3, n. 1, p. 173-180, Rio de Janeiro: mar/jun. 1996.
- BERTOLLI, Claudio Filho. Prontuários Médicos e a Memória da Saúde Brasileira. **Boletim do Instituto de Saúde**, nº 38. São Paulo, abril 2006.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- COSTA, Jurandir. **História da Psiquiatria no Brasil**: um corte ideológico. 4ª ed. Rio de Janeiro: Xenon Ed., 1989
- CUNHA, Maria Clementina P. **O espelho do mundo** – Juquery, a história de um asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- CUNHA, Olívia M.; GOMES, Flávio dos S. (orgs). **Quase-cidadão**: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- EDLER, Flávio. **As reformas do ensino médico e a profissionalização da medicina na Côrte do Rio de Janeiro 1854-1884**. Tese de Mestrado. Departamento de História, USP, 1992.
- EDLER, Flávio. “A medicina brasileira no século XIX: um balanço historiográfico”. **Asclépio – Revista de historia de la medicina y de la ciencia**. V.L-2, 1998. (pp. 169- 186).
- ENGEL, Magali G. As fronteiras da anormalidade: psiquiatria e controle social. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol. 5 (3): 47 – 63. Rio de Janeiro, nov. 1998 – fev. 1999.
- ENGEL, Magali Gouveia. **Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

- GANDELMAN, Luciana M. A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro nos séculos XVI a XIX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol. 8 (3): 613 – 630. Rio de Janeiro, Set-Dez. 2001.
- GONCALVES, Monique de S.; EDLER, Flávio C. Os caminhos da loucura na Corte Imperial: um embate historiográfico acerca do funcionamento do Hospício Pedro II de 1850 a 1889. **Rev. latinoam. psicopatol. fundam.** São Paulo, v. 12, n. 2, June 2009.
- GONÇALVES, Monique de S. **Mente Sã, corpo são: disputas, debates e discursos médicos na busca pela cura das “nevroses” e da loucura na Corte Imperial (1850-1880)**. Tese de Doutorado. Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde, COC/Fiocruz, 2010.
- HUERTAS, Rafael. Medicina social, control social y políticas del cuerpo. La subjetivación de la norma. In: MIRANDA, Maria e SIERRA, Álvaro. **Cuerpo, biopolítica y control social: América Latina y Europa en los siglos XIX y XX**, 2009.
- KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- KROPF, Simone. Conhecimento médico e construção social das doenças. Algumas questões conceituais. In: KREIMER, Pablo et all. **Produccion y uso social de conocimientos: estudios de sociologia de la ciencia y la tecnologia en America Latina**. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2006.
- LORENZO, Ricardo de. **‘E aqui enloqueceo’ - A alienação mental na Porto Alegre escravista (c.1843-c.1972)**. Dissertação de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, 2007.
- MACHADO, Roberto; LOUREIRO. A.; LUZ, R.; MURICY, K. **Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1978.
- MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

- MELO, Mariana F. Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro: assistencialismo, sociabilidade e poder. *In: ARAUJO, Maria M. As Misericórdias das duas margens do Atlântico: Portugal – Brasil (séculos XV-XX)*. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2009
- NYE, Robert A. The evolution of the concept of medicalization in the late twentieth century. **Journal of History of the Behavioral Sciences**, vol. 39 (2), 115-129. Spring 2003.
- PATTO, Maria Helena S. Teoremas e cataplasmas no Brasil Monárquico – o caso da medicina social. *In: Novos Estudos CEBRAP*, n.44. São Paulo: Março 1996.
- PESTRE, Dominique. “Por uma nova história social e cultural das ciências : novas definições, novos objetos, novas abordagens, **Cadernos do IG/Unicamp**, V. 6. Nº1, 1996, p. 3-56.
- PIMENTA, Tânia S. **O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro. (1828-1855)**. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP. Campinas: 2003. (Cap. 2)
- REIS, José Roberto F. **Higiene mental e eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-30)**. Dissertação de Mestrado – UNICAMP. 1994.
- ROSENBERG, Charles E. “Framing disease: Illness, society and history”, *In: ROSENBERG, Charles E. e GOLDEN, Janet (eds). Framing disease. Studies in cultural history*. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, 1977.
- SCHWARCZ, Lilia M. **As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SHAPIN, Steven. **A Revolução Científica**, Portugal, DIFEL, 1999, p. 23-35; 81-127.
- TEIXEIRA, Manoel Olavo Loureiro. **Deus e a Ciência na Terra do Sol: O Hospício de Pedro II e a constituição da Medicina Mental no Brasil**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: IPUB/UFRJ, 1998.
- VELLASCO, Ivan de A. Clientelismo, ordem privada e Estado no Brasil oitocentista: notas para um debate. *In: CARVALHO, José M. e NEVES, Lúcia M. Repensando o Brasil do Oitocentos: Cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 71-100.

- VENÂNCIO, Ana. T. A. Ciência psiquiátrica e política assistencial: a criação do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol. 10 (3): 883 – 900. Rio de Janeiro, set. – dez. 2003.
- VILLASANTE, Olga. Tutela y práctica médica em el Manicomio de Leganés (1852-1900): la población manicomial decimonónica. **Livro de resumos do III Encontro da Rede Iberoamericana em História da Psiquiatria**. Rio de Janeiro. Nov. 2010.
- VILLASANTE, Olga. Orden y norma em el Manicomio de Leganés (1851-1900): el discurrir diario del paciente decimonónico. **Frenia**. Vol. VIII-2008, 33-68.